



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ATA - PRE/COMISS2838

Data: 09 de Dezembro de 2025

Local: Sala de reunião da Diretoria Geral do TRE-BA

Horário: 09:30 h

A presente reunião visa à exposição e discussão sobre as atividades já realizadas e a realizar pela Comissão Permanente de Segurança do TRE-BA (CPS).

Participantes:

I - Bel. Paulo Roberto Santos de Oliveira, Juiz Eleitoral da 6ª Zona Eleitoral (proliveira@tjba.jus.br)

II - Paulo César Alves Silveira, titular da Assessoria de Inteligência e Segurança Institucional (paulo.silveira@tre-ba.jus.br)

III- Ana Carolina Dantas Lessa Gros, ZE-06 (aclessa@tre-ba.jus.br)

IV- Luiz Paulo Santana Correia, ASSEGIN (lpcorreia@tre-ba.jus.br)

V- Rosemary Costa Santos, ASSEGIN (racsantos@tre-ba.jus.br)

VI- Carolina Guerrero do Bomfim, ASSEGIN (carolina.bomfim@tre-ba.jus.br)

A reunião foi aberta pelo Presidente da Comissão de Segurança Permanente, Bel. Juiz eleitoral Bel. Paulo Roberto Santos de Oliveira, o qual saudou os participantes e passou a explanar as atividades atribuídas à comissão, conforme disposto na agenda eletrônica do Tribunal.

Assuntos:

1. Abordagem sobre experiências anteriores; discussão acerca da distribuição das tarefas e comunicação entre os integrantes; ajustes a serem realizados;

2. Carolina Guerrero iniciou a leitura da ata da reunião anterior para manter os integrantes presentes informados.

3. Informes e Atualizações Gerais

3.1 Controle de Acesso

- Portaria de controle de acesso autorizada.
- A revisão da portaria de porte de arma dos agentes foi realizada; entretanto, conforme informado por Rosemary, ainda não houve resposta da Polícia Federal, quanto ao registro no SINARM do APJ Walmir Estima, sendo necessário novo contato, sob responsabilidade do Assessor Paulo Silveira.

3.2 Uniformes e Atribuições dos APJs

· O processo referente à regulamentação dos uniformes e atribuições dos APJs foi devidamente tramitado - Portaria que dispõe sobre exercício do poder de polícia administrativa, as atribuições funcionais dos Agentes da Polícia Judicial e a identidade visual dos uniformes e demais acessórios no TRE_BA .

· Há pendência quanto à nomenclatura dos APJs, para a qual foi elaborado processo SEI. A COPES identificou erro e informou que providenciaria a correção, mas ainda não há atualização.

3.3 Publicação das Atas

- A elaboração e encaminhamento das atas da CPS têm sido realizados regularmente.
- Rosemary informou ter encaminhado e-mail ao Comitê Gestor de internet do TRE-BA solicitando a criação de

3.4 Comunicação Interna

- Foram elaborados cartazes e enviado e-mail informativo a todo o TRE-BA sobre as atribuições da CPS.
- A divulgação dos trabalhos da CPS no site institucional já foi encaminhado.

4. Planejamento e Relatórios

- Elaboração do Relatório Anual da CPS encontra-se em andamento.
- Foi iniciada a elaboração do questionário previsto no Painel, relacionado às necessidades de segurança dos cartórios eleitorais

5. Cartórios Eleitorais – Avaliação de Segurança

5.1 Mapeamento e Indicadores

- Foi realizado o mapeamento para criação de indicador de nível de segurança nos cartórios eleitorais.
- Chegou-se à conclusão de que todas as zonas eleitorais, que se encontram fora das dependências dos fóruns do Tribunal de Justiça no interior, possuem necessidade de vigilância eletrônica e vigilância ostensiva,.

5.2 Sugestões

- Luiz Paulo sugeriu reunião prévia com representantes dos cartórios eleitorais para avaliar *in loco* questões de segurança.
- Carolina Dantas destacou que no interior há necessidade real de segurança, considerando que muitas vezes há apenas um servidor por unidade.
- Luiz Paulo sugeriu que a avaliação anual de risco dos cartórios aproveite as viagens das correições, com envio de APJ para inspeção presencial.

6. Veículos e Logística

- Esclareceu-se que os carros velados não pertencem à ASSEGIN, mas permanecem sob uso da Assessoria.

7. Armamento, Identificação e Infraestrutura

- O Planejamento Estratégico de Aquisição de Equipamentos Controlados pelo Exército já foi publicado pelo TRE-BA, prevendo aquisição de armamento.
- A carteira funcional dos agentes está em elaboração, pendente apenas da impressão.
- A impressão das funcionais dos APJ's permanece pendente por falta de material.

7.1 Processo SEPROB / Disponibilização de novos espaços para a ASSEGIN

- O processo que trata de solicitação de novos espaços para a ASSEGIN (sala de reuniões, vestiários para os APJs) foi concluído pela SEPROB, em razão de que a decisão depende da futura reforma do anexo III.
- Rosemary mantém acompanhamento das necessidades da Assessoria, mas aguarda a reforma para prosseguir.

8. Contrato de Vigilância

- Rosemary informou que no início do ano de 2026 deverá ser iniciado o processo de elaboração de novo contrato de vigilância ostensiva, conforme determinado pela Presidência do TRE-BA, tendo em vista a complexidade do serviço e as demandas das zonas eleitorais.
- O contrato atual com a Empresa de vigilância ostensiva Alforge tem vigência até o início do ano de 2027.
- Debateu-se se as zonas eleitorais preferem segurança armada ou desarmada.
- Luiz Paulo sugeriu avaliar se o novo contrato deve prever agente de portaria ao invés de vigilante.
- Carolina Dantas reforçou a necessidade de segurança no interior.

9. Sistemas de Segurança

- A modernização do sistema de videomonitoramento está em novo processo de licitação.
- Planeja-se integrar o videomonitoramento ao novo sistema de controle de acesso na capital.
- O Prédio Sede, recém reformado já possui equipamento de reconhecimento facial, mas ainda não está operacional, pois a STI estuda melhor solução de uso.
- Rosemary informou variações frequentes na política de acesso ao estacionamento, dependendo da chefia vigente.

10. Planejamento – Segurança Institucional

- Revisão do Plano de Segurança Institucional prevista para maio de 2026.
- Serão elaborados:

Programa de capacitação dos agentes;

Mapeamento de áreas vulneráveis (junho);

Simulados periódicos de ameaças e incêndios, junto ao Corpo de Bombeiros;

Manual de escolta em eventos;

Plano de segurança do TRE para as eleições;

Atualização da Matriz Institucional de Risco;

Avaliação anual dos riscos nos cartórios eleitorais.

11. Semana da Segurança Institucional

- Ficou proposta a criação da Semana da Segurança Institucional do TRE, com foco em educação, cultura de segurança e conscientização.
- Luiz Paulo sugeriu incluir curso de segurança doméstica durante o evento.
- Também será intensificada campanha interna para uso obrigatório do crachá.
- Divulgar o trabalho da CPS em portal próprio.

12. Reestruturação da ASSEGIN

- Luiz Paulo sugeriu reestruturar a ASSEGIN, que já conta com setor ostensivo, e criar setor de inteligência.
- Assessor Paulo Silveira informou que o processo já está tramitando e aprovado, reforçando sua necessidade operacional.

13. Parcerias Institucionais

- Assessor Paulo Silveira informou sobre a formalização de parceria entre TRE e TJ, já em vias de aprovação, prevendo interoperabilidade para apoios institucionais.
- Juiz Paulo Oliveira sugeriu buscar também parcerias com empresas privadas, especialmente para disponibilização de veículos.

14. Ficou acordada que a próxima reunião seria agendada para o dia 10 de março de 2026.

Deliberações:

1. Contato com a Polícia Federal referente ao registro do porte de arma no SINARM de um dos agentes da polícia judicial, que encontra-se pendente;
2. Criação da página para publicação das atas da CPS;
3. Continuidade da tramitação do processo de regulamentação dos uniformes a atribuições dos APJ's.

Nada mais havendo, foi encerrada a reunião.

Eu, Juiz Paulo Roberto Santos de Oliveira, Presidente da Comissão instituída pela Portaria TRE/BA nº 417/2024, lavrei o presente termo, ao qual assino e subscrevo juntamente com os demais membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Rosemary Costa Santos, Assistente**, em 14/12/2025, às 23:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINA GUERRERO DO BOMFIM, Analista Judiciário**, em 15/12/2025, às 09:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Dantas Lessa Gros, Chefe de Cartório**, em 15/12/2025, às 09:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CÉSAR ALVES DA SILVEIRA, Assessor**, em 16/12/2025, às 07:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo de Santana Correia, Técnico Judiciário**, em 16/12/2025, às 22:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO SANTOS DE OLIVEIRA, Juiz Eleitoral**, em 17/12/2025, às 20:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3638141** e o código CRC **FD04277F**.

0020660-53.2025.6.05.8000

3638141v6